

ID: 63403011

03-03-2016



Listas foram criadas no Governo Sócrates

A par de um esforço de modernização da máquina de cobrança do Estado, o primeiro Governo de Sócrates decidiu divulgar o nome das empresas e dos cidadãos com dívidas ao Fisco e à Segurança Social. O objetivo era que a vergonha pública os levasse a pagar o que deviam.

10,3

mil milhões de euros

Era em 2014 o valor da dívida bruta, de curto e de médio e longo prazo, classificada como estando numa conta corrente com os contribuintes ou como sendo de cobrança duvidosa (de clientes contribuintes e utentes).

3,9

mil milhões de euros

Era a dívida líquida, diz a Conta da Segurança Social de 2014. É o valor que pode ser cobrado por via coerciva, excluindo reclamações, declarações em falha, prescrições, contencioso ou outros factos suspensivos de cobrança.

Nacional

Orçamento Governo de Passos Coelho continuou a divulgar calotes ao Fisco, mas suspendeu a publicitação das dívidas à Previdência

Segurança Social volta a publicitar devedores

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

► A lista de devedores à Segurança Social vai voltar a ser pública, depois de ter sido suspensa em 2013. A medida consta da proposta de Orçamento do Estado e poderá revelar "algumas surpresas" sobre grandes calotes à Previdência, admitem a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e a CGTP. Em 2014, a dívida bruta à Segurança Social era de dez mil milhões de euros, ou de 3,9 mil milhões se se considerar só a dívida que estava em condições de ser cobrada.

O bastonário da OTOC, Domingues Azevedo, e o economista da CGTP Eugénio Rosa aplaudem a decisão de voltar a denunciar em público as empresas e cidadãos que não pagam à Segurança Social. "É uma questão de transparência e de pressão sobre os devedores para que paguem o que devem", disse Eugénio Rosa, lembrando que, muitas vezes, as empresas ficam com os 11% de descontos do salário dos trabalhadores, mas não os entregam à Previdência.

Justificação da Segurança Social Domingues Azevedo e Eugénio Rosa lamentam, ainda, a suspensão da lista, em 2013, um mês depois da tomada de posse de Agostinho Branquinho como secretário de Estado da Segurança Social. Na altura, o Governo alegou o risco de inscrever na lista pessoas que já tinham negociado pagar em prestações e prometia retomá-la quando o problema fosse resolvido.

Os anos passaram, contudo, e a lista continuou por atualizar. Hoje não é possível, sequer, consultar os dados de 2013. Além do mais, a justificação dada pela Segurança Social não se aplicou ao Fisco, que continuou a divulgar os seus deve-



Divulgação dos devedores está prevista na proposta de Orçamento do Estado, mas ainda sem data para entrar em vigor

a proposta :

Orçamento do Estado

● O artigo 68.º da proposta de lei de Orçamento do Estado, sobre "medidas de transparência contributiva", diz que "é aplicável aos contribuintes devedores à Segurança Social a divulgação de listas" previstas na Lei Geral Tributária. A lei admite a publicitação de "listas hierarquizadas em função do montante em dívida".

Troca de informação

● O Orçamento propõe a troca de informações entre a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações e a Autoridade Tributária.

dores, expurgando da lista quem negocia um pagamento faseado.

A esta justificação, Domingues Azevedo e Eugénio Rosa contra-põem uma alternativa. "Usou-se a Segurança Social para, artificialmente, manter as empresas, por causa da crise", disse o sindicalista. "O Fisco apertou a malha, a Segurança Social serviu de amortecedor e, pelo meio, cortaram-se as pensões", disse Domingues Azevedo acrescentando que serviu para "branquear" empresas dadas como modelo pelo anterior Governo, mas que somavam dívidas ao Estado.

O IN tentou ter uma resposta de Agostinho Branquinho, que não quis tecer comentários sobre o seu tempo de secretário de Estado.

A CGTP e a Fesap (afeta à UGT, que também aplaude a divulgação), reclamam mais meios humanos e técnicos, já que nos últimos anos foi cortada a capacidade da Segurança Social para cobrar dívidas. O Instituto de Gestão Financeira, por exemplo, só tem uns 150 trabalhadores, disse José Abraão, da Fesap. Têm, ainda, salários e outras regalias inferiores às dos trabalhadores da Autoridade Tributária, o que contribuiu para a sua desmotivação, lamentou.

Fonte oficial do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social não quis prestar esclarecimentos, uma vez que, em breve, vai divulgar um plano de combate à fraude e evasão à Previdência. ●

flash :

Domingues Azevedo

Bast. Ordem Técnicos Contas

Suspensão serviu para branquear certas empresas

Concorda com a retoma da publicação da lista de devedores à Segurança Social?

Concordo. Se existe uma lista para os devedores do Fisco, por que não haver uma para a Segurança Social? É uma questão de princípio. Não devo ter situações que ocultem os incumpridores. Devo é ponderar se uma empresa devedora deve continuar a trabalhar ou avançar para a insolvência. Se for sustentável, faz sentido chegar a um acordo para pagar em prestações.

Por que razão a lista foi interrompida, em 2013?

Na altura, não convinha dizer que certas empresas tinham dívidas, que entidades que eram dadas como modelo não cumpriam as suas obrigações para com a Segurança Social. Serviu para branquear as dívidas de certas empresas. Podemos estar a falar de pessoas com muita influência junto dos poderes públicos.

Já terão pago a dívida ou vamos agora saber quem são?

Os comportamentos a que assisto indicam que haverá grandes surpresas.